



Câmara Municipal de Tomar

DELIBERAÇÃO
(165/PROR/DGT/2025 - 436/EDIF/DGT/2021)

ASSUNTO: LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – Declaração de Caducidade

Foi presente proposta da Sra. Vereadora Sandra Cardoso referente ao processo n.º 436/EDIF/DGT/2021, em que são requerentes Marisa Mendes Fernandes Ribeiro e Yuriy Kulyk, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a declaração da caducidade do licenciamento para construção de uma habitação unifamiliar, anexo, piscina e muro, na Rua Coronel Júlio Araújo Ferreira, Casal da Segurança, União das Freguesias de Tomar (São João Baptista) e Santa Maria dos Olivais, nos termos e fundamentos das informações n.ºs 17514/2025 e 17523/2025 da Divisão de Gestão do Território.

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando as referidas informações, deliberou declarar a caducidade do licenciamento, nos termos do n.º 3 do artigo 71.º do regime jurídico da urbanização e edificação, mandando promover a audiência prévia dos requerentes, pelo prazo de 15 dias úteis, findo o qual, na ausência de pronúncia, se considera definitivamente declarada a caducidade para todos os efeitos previstos na legislação em vigor. Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Tomar, 29 de dezembro de 2025

Seguimento:

- DGT p/ os devidos efeitos

O Presidente da Câmara


Tiago Carrão

A Coordenadora Técnica


Avelina Leal

DE

Sandra Cardoso

**DESPACHO
INTERNO**

PARA

Reunião de Câmara

À reunião de câmara para apreciação, propondo que delibere nos termos das informações técnicas.

NÚMERO

5243/DGT/2025

A Vereadora
Sandra Cardoso

DATA

2025-12-19

Informação nº 17523/DGT/2025, de 2025-12-12

PROCESSO

436/EDIF/DGT/2021

CASO

165/PROR/DGT/2025

ASSUNTO

Licenciamento para construção de uma habitação unifamiliar, anexo, piscina e muro, na Rua Coronel Júlio Araújo Ferreira - Casal da Segurança - UF de Tomar - Proc. nº436/2021 - Req: Marisa Ribeiro e Yuriy Kulyk- Pedido de Prorrogação de prazo por mais 12 meses

DE

Carla Dias

PARA

José Carlos

NÚMERO

17514/DGT/2025

DATA

2025-12-11

PROCESSO

436/EDIF/DGT/2021

CASO

165/PROR/DGT/2025

ASSUNTO

Licenciamento para construção de uma habitação unifamiliar, anexo, piscina e muro, na Rua Coronel Júlio Araújo Ferreira - Casal da Segurança - UF de Tomar - Proc. nº436/2021 - Req: Marisa Ribeiro e Yuriy Kulyk- Pedido de Prorrogação de prazo por mais 12 meses

INFO' INTERNA

PROPOSTA DE DECISÃO:

Face ao que antecede, propõe-se a caducidade do processo de licenciamento, ao abrigo da alínea a) do n.º 3 do artigo 71.º do RJUE.

Mais se propõe, nos termos dos artigos 121.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na sua atual redação, notificação ao requerente da intenção de declarar a caducidade, concedendo-lhe o prazo de 15 dias para pronúncia escrita sobre a proposta de decisão, prazo findo o qual, sem que haja pronúncia, se deverá considerar a decisão definitiva.

Mais se deverá informar o requerente de que poderá consultar o processo no Balcão Único de Atendimento do município de Tomar, todos os dias úteis, entre as 09h00 e as 12h30 e entre as 14h00 e as 16h00.

A competência para o proposto cabe à câmara municipal, ao abrigo do artigo 71.º do RJUE.

À consideração superior,

ASSUNTO

O pedido reporta-se a prorrogação de licença, no âmbito do processo n.º 436/EDIF/DGT/2021, ao abrigo do n.º 5 do artigo 58.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, fundamentado em motivos financeiros e dificuldade em encontrar empreiteiro.

ANÁLISE

A pretensão, referente a obras de construção de habitação, piscina e muro confinante com a via pública, obteve a licença n.º 282/2023, válida até 22/12/2025.

Pese embora o pedido se encontre em tempo, não reúne o requisito essencial previsto no n.º 5 do artigo 58.º do RJUE, que prevê a sua aplicabilidade quando não é possível concluir as obras no prazo previsto.

Conforme informação da fiscalização, falta executar movimentação de terras, estrutura, alvenarias, instalações, cantarias, pavimentos, carpintaria de limpos, carpintarias de toscos, pinturas, revestimentos das paredes interiores e exteriores, pavimentos, louças sanitárias, limpeza de obra e acabamentos, o que confirma o não início da obra.

A técnica superior

Carla Dias

Despacho nº 4983/DGT/2025, de 2025-12-11

DE

José Carlos

PARA

Sandra Cardoso

NÚMERO

17523/DGT/2025

DATA

2025-12-12

PROCESSO

436/EDIF/DGT/2021

CASO

165/PROR/DGT/2025

ASSUNTO

Licenciamento para construção de uma habitação unifamiliar, anexo, piscina e muro, na Rua Coronel Júlio Araújo Ferreira - Casal da Segurança - UF de Tomar - Proc. nº436/2021 - Req: Marisa Ribeiro e Yuriy Kulyk- Pedido de Prorrogação de prazo por mais 12 meses

INFO' INTERNA

Julga-se de submeter ao executivo camarário a proposta de caducidade do licenciamento a que o presente processo se refere, em conformidade com o estipulado no número 3 do Artigo 71º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, na sua atual redação, com audição prévia aos interessados, por se verificar não ter sido iniciada a obra a que o presente processo se refere no prazo já decorrido de 12 meses após a emissão da licença de construção, promovendo -se em conformidade com o proposto na informação prestada pela técnica superior Carla Dias..

À consideração superior.

O chefe de divisão

José Carlos

Informação nº 17514/DGT/2025, de 2025-12-11



Câmara Municipal de Tomar

DELIBERAÇÃO
(322/JUEL/DGT/2022 - 529/EDIF/DGT/2021)

ASSUNTO: LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – Declaração de Caducidade

Foi presente proposta da Sra. Vereadora Sandra Cardoso referente ao processo n.º 529/EDIF/DGT/2021, em que é requerente António Joaquim Sousa Simões, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a declaração da caducidade do licenciamento para construção de arrecadação agrícola, em Covão, Freguesia de Paialvo, nos termos e fundamentos das informações n.ºs 14741/2025 e 14780/2025 da Divisão de Gestão do Território.

No decorrer da reunião, foi apresentada oralmente pelo Sr. Presidente proposta de uniformização do prazo de quinze dias úteis para efeitos de audiência prévia dos requerentes relativamente aos atos de declaração de caducidade, sempre que a legislação não disponha em contrário.

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando as referidas informações, deliberou declarar a caducidade do licenciamento, nos termos do n.º 6 do artigo 20.º do regime jurídico da urbanização e edificação, mandando promover a audiência prévia dos requerentes, pelo prazo de 15 dias úteis, conforme proposto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Tomar, 29 de dezembro de 2025

Seguimento:

- DGT p/ os devidos efeitos

O Presidente da Câmara


Tiago Carrão

A Coordenadora Técnica


Avelina Leal

DE

Sandra Cardoso

**DESPACHO
INTERNO**

PARA

Reunião de Câmara

À reunião de câmara para apreciação, propondo que delibere nos termos da informação técnica e dos serviços administrativos.

NÚMERO

5208/DGT/2025

A Vereadora
Sandra Cardoso

DATA

2025-12-18

Informação nº 14780/DGT/2025, de 2025-10-23

PROCESSO

529/EDIF/DGT/2021

CASO

322/JUEL/DGT/2022

ASSUNTO

Licenciamento para construção de arrecadação agrícola sito em covão Freguesia de Paialvo- Req: António Joaquim Sousa Simões_ Junção de elementos em resposta ao Ofício n.º 189/DGT/2022 de 18/01/2022. Processo n.º 529/EDIF/DGT/2021. Req.: António Joaquim Sousa Simões

DE

Inês Godinho

PARA

José Carlos

NÚMERO

14741/DGT/2025

DATA

2025-10-23

PROCESSO

529/EDIF/DGT/2021

CASO

322/JUEL/DGT/2022

ASSUNTO

Licenciamento para construção de arrecadação agrícola sito em covão Freguesia de Paialvo- Req: António Joaquim Sousa Simões_ Junção de elementos em resposta ao Ofício n.º 189/DGT/2022 de 18/01/2022. Processo n.º 529/EDIF/DGT/2021. Req.: António Joaquim Sousa Simões

INFO' INTERNA

Pelo despacho 1665/DGT/2023 de 21 de abril, foi aprovado o projeto de arquitetura do Processo em análise, comunicado ao requerente pelo ofício 944/DGT/2023 de 26 de abril do presente caso.

Informo que decorrido o prazo de 6 meses após a aprovação da arquitetura, bem como decorrida a suspensão do processo de licenciamento pelo período máximo de seis meses, não deram entrada os projetos de especialidades.

Face ao exposto e nos termos do número 6 do Artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, na sua atual redação, poder-se-á declarar a caducidade do licenciamento, com audiência prévia do interessado pelo prazo de 30 dias (úteis), nos termos do referido diploma.

À consideração superior

A assistente técnica
Inês Godinho

DE

José Carlos

PARA

Hugo Cristóvão

NÚMERO

14780/DGT/2025

DATA

2025-10-23

PROCESSO

529/EDIF/DGT/2021

CASO

322/JUEL/DGT/2022

ASSUNTO

Licenciamento para construção de arrecadação agrícola sito em covão Freguesia de Paialvo- Req: António Joaquim Sousa Simões_ Junção de elementos em resposta ao Ofício n.º 189/DGT/2022 de 18/01/2022. Processo n.º 529/EDIF/DGT/2021. Req.: António Joaquim Sousa Simões

INFO' INTERNA

Julga-se de reconhecer a caducidade do licenciamento a que o presente processo se refere, com audição prévia aos interessados, promovendo-se em conformidade com o proposto na informação prestada pelos SA.

À consideração superior.

O chefe de divisão
José Carlos

Informação n.º 14741/DGT/2025, de 2025-10-23



Câmara Municipal de Tomar

DELIBERAÇÃO
(172/EALV/DGT/2025 - 77/EDIF/DGT/2022)

ASSUNTO: LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – Declaração de Caducidade

Foi presente proposta da Sra. Vereadora Sandra Cardoso referente ao processo n.º 77/EDIF/DGT/2022, em que é requerente Victor Manuel Almeida Gonçalves, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a declaração da caducidade do licenciamento para construção de anexo, na Rua Júlio Lopes Carvalheiro, em Calçadas, União das Freguesias de Tomar (São João Baptista) e Santa Maria dos Olivais nos termos e fundamentos das informações n.ºs 16677/2025 e 16689/2025 da Divisão de Gestão do Território.

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando as referidas informações, deliberou declarar a caducidade do licenciamento, nos termos do n.º 2 do artigo 71.º do regime jurídico da urbanização e edificação, mandando promover a audiência prévia dos requerentes, pelo prazo de 15 dias úteis, findo o qual, na ausência de pronúncia, se considera definitivamente declarada a caducidade para todos os efeitos previstos na legislação em vigor. Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Tomar, 29 de dezembro de 2025

Seguimento:

- DGT p/ os devidos efeitos

O Presidente da Câmara


Tiago Carrão

A Coordenadora Técnica


Avefina Leal

DE

Sandra Cardoso

**DESPACHO
INTERNO**

PARA

Reunião de Câmara

À reunião de câmara para apreciação, propondo que delibere nos termos da informação dos serviços administrativos.

NÚMERO

5075/DGT/2025

A Vereadora
Sandra Cardoso

DATA

2025-12-15

Informação nº 16689/DGT/2025, de 2025-11-24

PROCESSO

77/EDIF/DGT/2022

CASO

172/EALV/DGT/2025

ASSUNTO

Licenciamento de construção de anexo sito em rua Júlio Lopes Carvalheiro, 90 - Calçadas - União das Freguesias de Tomar, em nome de Vitor Manuel Almeida Gonçalves_ Pedido de Emissão de Licença de Construção - Processo n.º 77/EDIF/DGT/2022

DE

Inês Godinho

PARA

José Carlos

NÚMERO

16677/DGT/2025

DATA

2025-11-24

PROCESSO

77/EDIF/DGT/2022

CASO

172/EALV/DGT/2025

ASSUNTO

Licenciamento de construção de anexo sito em rua Júlio Lopes Carvalheiro, 90 - Calçadas - União das Freguesias de Tomar, em nome de Vitor Manuel Almeida Gonçalves_ Pedido de Emissão de Licença de Construção - Processo n.º 77/EDIF/DGT/2022

INFO' INTERNA

Através do presente caso foi solicitado a emissão de licença para construção de um anexo, na Rua Júlio Lopes Carvalheiro, 90 - Calçadas - União das Freguesias de Tomar, nos termos do n.º 2 do artigo 4º do decreto-lei n.º 555/99, de 16 de dezembro na sua atual redação.

Foi emitida a licença n.º 114/2025, válida até 14.08.2025.

Os serviços de fiscalização deslocaram-se ao local e pela informação n.º 15411/DGT/2025, informaram que:

"Expirado o prazo de alvará de obra válido até 14/08/2025 com o alvará n.º 114/2025 e o processo n.º 77/2022, tendo-me deslocado ao local na presente data, informo para os devidos efeitos e no que foi possível apurar, a obra de construção de anexo encontra-se por concluir, conforme se verifica em fotos descritas em anexo. Em visita ao local verifica-se que falta colocar portão caixilharias e portadas exteriores. Nas várias deslocações ao local verifiquei que não se encontra ninguém na obra a trabalhar..."

Face ao exposto e conforme despacho superior no caso n.º 4618/DGT/2025 e nos termos do número 2 do Artigo 71º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, na sua atual redação, poder-se-á propor ao Executivo Camarário (órgão competente) que seja declarada a caducidade do licenciamento, com audiência prévia do interessado pelo prazo de 15 dias (úteis), nos termos do Código do Procedimento Administrativo.

Mais se poderá propor deliberar que na ausência de pronúncia do interessado, no prazo concedido para a audiência prévia, considera-se definitivamente declarada a caducidade do ato de licenciamento para todos os efeitos previstos na legislação em vigor.

Mais se informa que deverá ser comunicado ao requerente que poderá requerer nova licença, podendo ser aproveitados no novo processo os elementos que instruíram o anterior, se o novo requerimento for apresentado no prazo de 18 meses a contar da data de caducidade, ou se este prazo estiver esgotado, não existirem alterações de facto e de direito que justifiquem nova apresentação, nos termos do artigo 72.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.

À consideração superior,

A assistente técnica
Inês Godinho

DE

José Carlos

PARA

Sandra Cardoso

NÚMERO

16689/DGT/2025

DATA

2025-11-24

PROCESSO

77/EDIF/DGT/2022

CASO

172/EALV/DGT/2025

ASSUNTO

Licenciamento de construção de anexo sito em rua Júlio Lopes Carvalheiro, 90 - Calçadas - União das Freguesias de Tomar, em nome de Vitor Manuel Almeida Gonçalves_ Pedido de Emissão de Licença de Construção - Processo n.º 77/EDIF/DGT/2022

INFO' INTERNA

Julga-se de submeter ao executivo camarário a proposta de caducidade do licenciamento a que o presente processo se refere, em conformidade com o estipulado no número 2 do Artigo 71º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, na sua atual redação, com audição prévia aos interessados, por se verificar ter expirado o prazo da licença de construção válido até 14/08/2025 e a obra não se encontrar concluída, promovendo -se em conformidade com o proposto na informação prestada pelos SA.

À consideração superior.

O chefe de divisão

José Carlos

Informação nº 16677/DGT/2025, de 2025-11-24



Câmara Municipal de Tomar

DELIBERAÇÃO
(947/JUEL/DGT/2025 - 250/EDIF/DGT/2022)

ASSUNTO: LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – Declaração de Caducidade

Foi presente proposta da Sra. Vereadora Sandra Cardoso referente ao processo n.º 250/EDIF/DGT/2022, em que é requerente Isaac Duarte Fonseca Custódio, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a declaração da nulidade do despacho que declarou a intenção de caducidade do licenciamento para alteração de habitação unifamiliar e muro de vedação confinante com a via pública, na Rua da Calçada, em Curvaceira Pequena, Freguesia de Paialvo, nos termos e fundamentos das informações n.ºs 17539/2025 e 17571/2025 da Divisão de Gestão do Território.

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando as referidas informações, deliberou declarar a nulidade do despacho n.º 4767/DGT/2025, de 2 de dezembro, exarado junto ao Caso 271760, ao abrigo do n.º 2 do artigo 162.º do Código do Procedimento Administrativo, com os fundamentos da alínea g) do n.º 1 do mesmo artigo e diploma.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Tomar, 29 de dezembro de 2025

Seguimento:

- DGT p/ os devidos efeitos

O Presidente da Câmara


Diogo Carrão

A Coordenadora Técnica


Avelina Leal

DE

Sandra Cardoso

**DESPACHO
INTERNO**

PARA

Reunião de Câmara

À reunião de câmara para apreciação, propondo que delibere nos termos das informações técnicas

NÚMERO

5170/DGT/2025

A Vereadora
Sandra Cardoso

DATA

2025-12-17

Informação nº 17571/DGT/2025, de 2025-12-12

PROCESSO

250/EDIF/DGT/2022

CASO

947/JUEL/DGT/2025

ASSUNTO

Licenciamento de alteração de habitação unifamiliar e muro de vedação confinante com a via pública, na Rua da Calçada nº28 - Curvaceira Pequena – Freguesia de Paialvo, em nome de Isaac Custódio_ Requer anexação dos projetos de especialidades.

DE

Carla Dias

PARA

José Carlos

NÚMERO

17539/DGT/2025

DATA

2025-12-12

PROCESSO

250/EDIF/DGT/2022

CASO

947/JUEL/DGT/2025

ASSUNTO

Licenciamento de alteração de habitação unifamiliar e muro de vedação confinante com a via pública, na Rua da Calçada nº28 - Curvaceira Pequena – Freguesia de Paialvo, em nome de Isaac Custódio_ Requer anexação dos projetos de especialidades.

INFO' INTERNA

PROPOSTA DE DECISÃO:

Face ao que antecede, caso se concorde com a análise, propõe-se:

1. O deferimento do pedido, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 23.º do RJUE, com os condicionamentos descritos na presente informação técnica.
2. A declaração de nulidade do despacho de caducidade, ao abrigo do n.º 2 do artigo 162.º do CPA, com os fundamentos da alínea g) do n.º 1 do mesmo artigo e diploma.

A competência para o proposto em 1. é da vereadora do pelouro, conforme o disposto no Despacho n.º 20/PR/2025-2029.

A competência para o proposto em 2. cabe à câmara municipal, ao abrigo do n.º 2 do artigo 162.º do CPA.

À consideração superior,

ASSUNTO

O pedido reporta-se a apresentação dos projetos de especialidades, no âmbito do processo n.º 250/EDIF/DGT/2022, ao abrigo do n.º 4 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.

ANÁLISE

A pretensão, referente a legalização de obras de alteração de habitação unifamiliar e muro confinante com a via pública, mereceu decisão de aprovação do projeto de arquitetura pelo despacho n.º 3665/DGT/2022, de 05/09/2022 (caso # 271760). Em resposta ao ofício n.º 2330/DGT/2022, de 15/09/2022, são agora entregues os projetos de especialidades aplicáveis à pretensão, bem como os pedidos de dispensa fundamentados de alguns projetos, que se julga de aceitar face ao disposto no n.º 1 do artigo 60.º do RJUE.

O prazo para entrega dos projetos de especialidades terminou no dia 15/09/2023, já com a suspensão prevista no n.º 6 do artigo 20.º do RJUE, tendo sido notificado o requerente da intenção de declarar a caducidade do processo de licenciamento através do ofício n.º 2120/DGT/2025, de 03/12/2025, com prazo de audiência prévia de 30 dias.

Não obstante, considerando que a decisão de caducidade foi tomada por órgão incompetente para o efeito, nos termos da alínea g) do n.º 2 do artigo 162.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), o ato é considerado nulo. O ato nulo não produz quaisquer efeitos jurídicos, independentemente da declaração de nulidade, devendo esta ser declarada pela câmara municipal por ser o órgão competente para deliberar sobre a caducidade, conforme o disposto no n.º 2 do

mesmo artigo e diploma.

CONDICIONAMENTOS

- Salvaguardam-se eventuais direitos de terceiros;
- Será declarada a caducidade do licenciamento, caso não seja requerida a emissão da licença e liquidadas as taxas devidas dentro do respetivo prazo legal de 1 ano (artigo 71.º do RJUE), não prorrogável;
- A validade da licença será de acordo com a calendarização aprovada;
- O livro de obra deverá permanecer obrigatoriamente no local da obra durante a sua execução.

A técnica superior
Carla Dias

Documentos Anexados:

Anexo I 375324

Informação nº 17436/DGT/2025, de 2025-12-10

DE

José Carlos

PARA

Sandra Cardoso

NÚMERO

17571/DGT/2025

DATA

2025-12-12

PROCESSO

250/EDIF/DGT/2022

CASO

947/JUEL/DGT/2025

ASSUNTO

Licenciamento de alteração de habitação unifamiliar e muro de vedação confinante com a via pública, na Rua da Calçada nº28 - Curvaceira Pequena – Freguesia de Paialvo, em nome de Isaac Custódio_ Requer anexação dos projetos de especialidades.

INFO' INTERNA

1-Atento ao teor da informação prestada pela técnica superior Carla Dias, será de se submeter ao executivo camarário a proposta de declaração de nulidade do despacho de caducidade 4767/DGT/2025 de 2/12, exarado junto ao caso 271760, ao abrigo do n.º 2 do artigo 162.º do CPA, com os fundamentos da alínea g) do n.º 1 do mesmo artigo e diploma, promovendo-se de acordo com o proposto.

1-Julga-se que após deliberação, salvo melhor opinião, estarão reunidas as condições para se poder deferir a operação urbanística a que o presente processo se refere, conforme também proposto na informação referida no ponto anterior.

À consideração superior.

O chefe de divisão

José Carlos

Informação nº 17539/DGT/2025, de 2025-12-12



Câmara Municipal de Tomar

DELIBERAÇÃO
(13/EALV/DGT/2023 - 301/EDIF/DGT/2022)

ASSUNTO: LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – Declaração de Caducidade

Foi presente proposta da Sra. Vereadora Sandra Cardoso referente ao processo n.º 301/EDIF/DGT/2022, em que é requerente Sílvia Malonda Lourenço Luiz, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a declaração da caducidade do licenciamento para alteração e ampliação de habitação unifamiliar e construção de anexo, em Palhavã de Baixo, União das Freguesias de Tomar (São João Baptista) e Santa Maria dos Olivais nos termos e fundamentos das informações n.ºs 12130/2025 e 12164/2025 da Divisão de Gestão do Território.

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando as referidas informações, deliberou declarar a caducidade do licenciamento, nos termos do n.º 3 do artigo 71.º do regime jurídico da urbanização e edificação, mandando promover a audiência prévia dos requerentes, pelo prazo de 15 dias úteis, findo o qual, na ausência de pronúncia, se considera definitivamente declarada a caducidade para todos os efeitos previstos na legislação em vigor. Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Tomar, 29 de dezembro de 2025

Seguimento:

- DGT p/ os devidos efeitos

O Presidente da Câmara


Tiago Carrão

A Coordenadora Técnica


Avelina Leal

DE

Sandra Cardoso

**DESPACHO
INTERNO**

PARA

Reunião de Câmara

À reunião de câmara para apreciação, propondo que delibere nos termos da informação técnica e dos serviços administrativos.

NÚMERO

5220/DGT/2025

A Vereadora
Sandra Cardoso

DATA

2025-12-18

Informação nº 12164/DGT/2025, de 2025-09-09

PROCESSO

301/EDIF/DGT/2022

CASO

13/EALV/DGT/2023

ASSUNTO

Licenciamento para alteração e
ampliação de Habitação
Unifamiliar e construção de
Anexo, no lugar de Palhavã de
Baixo – UF de Tomar _Pedido de
emissão do Alvará de Licença de
Construção - Proc. nº301/2022
de Sílvia Malonda Lourenço Luiz

DE

Ana Ribeiro

PARA

José Carlos

NÚMERO

12130/DGT/2025

DATA

2025-09-09

PROCESSO

301/EDIF/DGT/2022

CASO

13/EALV/DGT/2023

ASSUNTO

Licenciamento para alteração e ampliação de Habitação Unifamiliar e construção de Anexo, no lugar de Palhavã de Baixo – UF de Tomar _Pedido de emissão do Alvará de Licença de Construção - Proc. nº301/2022 de Sílvia Malonda Lourenço Luiz

INFO' INTERNA

1. Pelo despacho n.º 5464/DGT/2022 de 28/12/2022 foi deferido o licenciamento do presente Processo, comunicado à requerente pelo ofício n.º 165/DGT/2023 de 19/01/2023, remetido pelo caso com ID #283242.

2. Para o processo foi emitido Alvará de Licença de Obras n.º 11/2023 de 25/01/2023 com validade de 24 meses, válido até 27/01/2025. Não foi apresentado pedido de prorrogação do alvará.

2.1 Os serviços de fiscalização deslocaram-se ao local e pela informação n.º 8715/DGT/2025 de 24/06/2025 transmitem que:

“Expirado o prazo de alvará de obra válido até 27/01/2025 com o alvará nº11/2023 e o processo nº301/2022, tendo-me deslocado ao local na presente data, informo para os devidos efeitos e no que foi possível apurar, a obra de ampliação e alteração de habitação unifamiliar e anexo encontra-se por concluir. Em visita ao local verifica-se que a moradia encontra-se concluída e de acordo com o projeto de arquitetura aprovado. O anexo encontra-se por concluir e com discrepâncias ao projeto aprovado, nomeadamente no alçado principal não foi executada uma porta e no alçado lateral esquerdo foi executado um vão luz e uma porta. Edificação sem caixilharias, portas, janelas e portões por pintar. Após diálogo com o proprietário foi-me mencionado que o Técnico já se encontrava a tratar da prorrogação.”.

3. Face ao exposto e nos termos do número 3 do Artigo 71º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, na sua atual redação, poder-se-á propor ao Executivo Camarário (órgão competente) que seja declarada a caducidade da licença, com audiência prévia do interessado pelo prazo de 15 dias (úteis).

3.1 Mais se poderá propor deliberar que na ausência de pronúncia do interessado, no prazo concedido para a audiência prévia, considera-se definitivamente declarada a caducidade da licença para todos os efeitos previstos na legislação em vigor.

3.2 Mais se informa que deverá ser comunicado ao requerente que poderá requerer nova licença, podendo ser aproveitados no novo processo os elementos que instruíram o anterior, se o novo requerimento for apresentado no prazo de 18 meses a contar da data de caducidade, ou se este prazo estiver esgotado, não existirem alterações de facto e de direito que justifiquem nova apresentação, nos termos do artigo 72.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.

À consideração superior,

O(s) processo(s) antecedente(s) em suporte papel encontra(m)-se nos SA /

Fiscalização.

A assistente técnica
Ana Ribeiro

Despacho nº 3570/DGT/2025, de 2025-09-06

DE

José Carlos

PARA

Filipa Fernandes

NÚMERO

12164/DGT/2025

DATA

2025-09-09

PROCESSO

301/EDIF/DGT/2022

CASO

13/EALV/DGT/2023

ASSUNTO

Licenciamento para alteração e
ampliação de Habitação
Unifamiliar e construção de
Anexo, no lugar de Palhavã de
Baixo – UF de Tomar _Pedido de
emissão do Alvará de Licença de
Construção - Proc. nº301/2022
de Sílvia Malonda Lourenço Luiz

INFO' INTERNA

Julga-se de submeter ao executivo camarário a proposta de caducidade do licenciamento a que o presente processo se refere, com audição prévia aos interessados, promovendo-se em conformidade com o proposto na informação prestada pelos SA.

À consideração superior.

O chefe de divisão

José Carlos

Informação nº 12130/DGT/2025, de 2025-09-09



Câmara Municipal de Tomar

DELIBERAÇÃO
(586/JUEL/DGT/2023 - 507/EDIF/DGT/2022)

ASSUNTO: LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – Declaração de Caducidade

Foi presente proposta da Sra. Vereadora Sandra Cardoso referente ao processo n.º 507/EDIF/DGT/2022, em que são requerentes Maria Celeste Carvalho dos Santos e Tânia Sofia Santos Figueiredo, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a declaração da caducidade do licenciamento para alteração e ampliação de anexo, na Rua da Saudade, Freguesia de Asseiceira, nos termos e fundamentos das informações n.ºs 16295/2025 e 17997/2025 da Divisão de Gestão do Território.

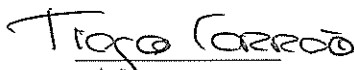
Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando as referidas informações, deliberou declarar a caducidade do licenciamento, nos termos do n.º 2 do artigo 71.º do regime jurídico da urbanização e edificação, mandando promover a audiência prévia dos requerentes, pelo prazo de 15 dias úteis, findo o qual, na ausência de pronúncia, se considera definitivamente declarada a caducidade para todos os efeitos previstos na legislação em vigor. Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Tomar, 29 de dezembro de 2025

Seguimento:

- DGT p/ os devidos efeitos

O Presidente da Câmara


Tiago Carrão

A Coordenadora Técnica


Avelina Leal

DE

Sandra Cardoso

**DESPACHO
INTERNO**

PARA

Reunião de Câmara

À reunião de câmara para apreciação, propondo que delibere nos termos da informação técnica e dos serviços administrativos

NÚMERO

5285/DGT/2025

A Vereadora
Sandra Cardoso

DATA

2025-12-22

Documentos Anexados:
Informação nº 17997/DGT/2025, de 2025-12-21

PROCESSO

507/EDIF/DGT/2022

CASO

586/JUEL/DGT/2023

ASSUNTO

Licenciamento de obras para
ampliação de um anexo sito na
Rua da Saudade, 21 em
Asseiceira. REQ: Maria Celeste
Carvalho Santos - Junção de
elementos em resposta ao ofício
nº 30/DGT/2023

DE

Dora Ferreira

PARA

Ana Fontes

NÚMERO

16295/DGT/2025

DATA

2025-11-18

PROCESSO

507/EDIF/DGT/2022

CASO

586/JUEL/DGT/2023

ASSUNTO

Licenciamento de obras para
ampliação de um anexo sito na
Rua da Saudade, 21 em
Asseiceira. REQ: Maria Celeste
Carvalho Santos - Junção de
elementos em resposta ao ofício
nº 30/DGT/2023

INFO' INTERNA

1. Pelo despacho nº 3241/DGT/2023 de 21/07/2023, foi deferido o licenciamento do presente processo, comunicado ao requerente pelo ofício nº 1871/DGT/2023 de 23/08/2023.

2. Informo que decorrido o prazo de 12 meses após o deferimento do processo, não foram liquidadas as taxas devidas nem deu entrada o pedido de emissão de licença.

2.1 Os serviços de fiscalização deslocaram-se ao local e pela informação nº 16087/DGT/2025 confirmaram que, aparentemente, não ocorreu qualquer alteração no local.

3. Face ao exposto e nos termos do número 2 do Artigo 71º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, na sua atual redação, poder-se-á propor ao Executivo Camarário (órgão competente) que seja declarada a caducidade do licenciamento, com audiência prévia do interessado pelo prazo de 15 dias (úteis).

3.1 Mais se poderá propor deliberar que na ausência de pronúncia do interessado, no prazo concedido para a audiência prévia, considera-se definitivamente declarada a caducidade do ato de licenciamento para todos os efeitos previstos na legislação em vigor.

3.2 Mais se informa que deverá ser comunicado ao requerente que poderá requerer nova licença, podendo ser aproveitados no novo processo os elementos que instruíram o anterior, se o novo requerimento for apresentado no prazo de 18 meses a contar da data de caducidade, ou se este prazo estiver esgotado, não existirem alterações de facto e de direito que justifiquem nova apresentação, nos termos do artigo 72.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.

À consideração superior,

A assistente técnica
Dora Ferreira

Informação nº 16087/DGT/2025, de 2025-11-14

DE

José Carlos

PARA

Sandra Cardoso

NÚMERO

17997/DGT/2025

DATA

2025-12-21

PROCESSO

507/EDIF/DGT/2022

CASO

586/JUEL/DGT/2023

ASSUNTO

Licenciamento de obras para
ampliação de um anexo sito na
Rua da Saudade, 21 em
Asseiceira. REQ: Maria Celeste
Carvalho Santos - Junção de
elementos em resposta ao ofício
nº 30/DGT/2023

INFO' INTERNA

Julga-se de submeter ao executivo camarário a proposta de caducidade do licenciamento a que o presente processo se refere, em conformidade com o estipulado no ponto 2 do Artigo 71º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, por se verificar que decorrido o prazo de 12 meses após o deferimento do mesmo, não foram liquidadas as taxas devidas nem deu entrada o pedido de emissão de licença, com audição prévia aos interessados, promovendo-se e transmitindo-se, em conformidade com o proposto na informação prestada pelos SA.

À consideração superior.

O chefe de divisão
José Carlos

Informação nº 16295/DGT/2025, de 2025-11-18



Câmara Municipal de Tomar

DELIBERAÇÃO
(902/JUEL/DGT/2023 - 529/EDIF/DGT/2022)

ASSUNTO: LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – Declaração de Caducidade

Foi presente proposta da Sra. Vereadora Sandra Cardoso referente ao processo n.º 529/EDIF/DGT/2022, em que é requerente Alberto Fernandes Brás, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a declaração da caducidade do licenciamento para construção de habitação unifamiliar, em Carvalheiros, União das Freguesias de Tomar (São João Baptista) e Santa Maria dos Olivais, nos termos e fundamentos das informações n.ºs 6476/2025 e 12476/2025 da Divisão de Gestão do Território.

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando as referidas informações, deliberou declarar a caducidade do licenciamento, nos termos do n.º 2 do artigo 71.º do regime jurídico da urbanização e edificação, mandando promover a audiência prévia dos requerentes, pelo prazo de 15 dias úteis, findo o qual, na ausência de pronúncia, se considera definitivamente declarada a caducidade para todos os efeitos previstos na legislação em vigor. Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Tomar, 29 de dezembro de 2025

Seguimento:

- DGT p/ os devidos efeitos

O Presidente da Câmara


Tiago Carrão

A Coordenadora Técnica


Avelina Leal

DE

Sandra Cardoso

**DESPACHO
INTERNO**

PARA

Reunião de Câmara

À reunião de câmara para apreciação, propondo que delibere nos termos da informação técnica e dos serviços administrativos.

NÚMERO

5219/DGT/2025

A Vereadora
Sandra Cardoso

DATA

2025-12-18

Informação nº 12476/DGT/2025, de 2025-09-15

PROCESSO

529/EDIF/DGT/2022

CASO

902/JUEL/DGT/2023

ASSUNTO

Licenciamento para construção de habitação unifamiliar, em Carvalheiros - União das Freguesias de Tomar - Alberto Brás [!ONLINE] _ Junção de elementos em resposta ao Ofício n.º 2241/DGT/2023 de 09/10/2023 Processo n.º 529/EDIF/DGT/2022. Req.: ALBERTO FERNANDES BRÁS

DE

Dora Pinhão

PARA

José Carlos

NÚMERO

6476/DGT/2025

DATA

2025-05-12

PROCESSO

529/EDIF/DGT/2022

CASO

902/JUEL/DGT/2023

ASSUNTO

Licenciamento para construção de habitação unifamiliar, em Carvalheiros - União das Freguesias de Tomar - Alberto Brás [!ONLINE] _ Junção de elementos em resposta ao Ofício n.º 2241/DGT/2023 de 09/10/2023 Processo n.º 529/EDIF/DGT/2022. Req.: ALBERTO FERNANDES BRÁS

INFO' INTERNA

1. Pelo despacho 4752/DGT/2023 de 06/11 foi deferido o licenciamento do presente Processo, comunicado ao requerente pelo ofício 2679/DGT/2023 de 29/11 documentos do presente caso.

2. Informo que decorrido o prazo de 12 meses após o deferimento do processo, não foram liquidadas as taxas devidas nem deu entrada o pedido de emissão de licença.

2.1 Os serviços de fiscalização deslocaram-se ao local e pela informação n.º 6280/DGT/2025 confirmaram não ter sido iniciada a obra.

3. Face ao exposto e nos termos do número 2 do Artigo 71º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, na sua atual redação, poder-se-á propor ao Executivo Camarário (órgão competente) que seja declarada a caducidade do licenciamento, com audiência prévia do interessado pelo prazo de 15 dias (úteis).

3.1 Mais se poderá propor deliberar que na ausência de pronúncia do interessado, no prazo concedido para a audiência prévia, considera-se definitivamente declarada a caducidade do ato de licenciamento para todos os efeitos previstos na legislação em vigor.

3.2 Mais se informa que deverá ser comunicado ao requerente que poderá requerer nova licença, podendo ser aproveitados no novo processo os elementos que instruíram o anterior, se o novo requerimento for apresentado no prazo de 18 meses a contar da data de caducidade, ou se este prazo estiver esgotado, não existirem alterações de facto e de direito que justifiquem nova apresentação, nos termos do artigo 72.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.

À consideração superior,

A coordenadora técnica
Dora Pinhão

Informação n.º 6280/DGT/2025, de 2025-05-08

DE

José Carlos

PARA

Filipa Fernandes

NÚMERO

12476/DGT/2025

DATA

2025-09-15

PROCESSO

529/EDIF/DGT/2022

CASO

902/JUEL/DGT/2023

ASSUNTO

Licenciamento para construção de habitação unifamiliar, em Carvalheiros - União das Freguesias de Tomar - Alberto Brás [!ONLINE] _ Junção de elementos em resposta ao Ofício n.º 2241/DGT/2023 de 09/10/2023 Processo n.º 529/EDIF/DGT/2022. Req.: ALBERTO FERNANDES BRÁS

INFO' INTERNA

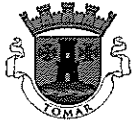
Julga-se que será de se submeter ao executivo camarário a proposta de caducidade do licenciamento a que o presente processo se refere, com audição prévia aos interessados, promovendo-se em conformidade com o proposto na informação prestada pela coordenadora técnica.

À consideração superior.

O chefe de divisão

José Carlos

Informação n.º 6476/DGT/2025, de 2025-05-12



Câmara Municipal de Tomar

DELIBERAÇÃO
(544/JUEL/DGT/2024 - 307/EDIF/DGT/2023)

ASSUNTO: LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – Declaração de Caducidade

Foi presente proposta da Sra. Vereadora Sandra Cardoso referente ao processo n.º 307/EDIF/DGT/2023, em que é requerente César Manuel Silva Henriques, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a declaração da caducidade do licenciamento para legalização, alteração e ampliação de habitação unifamiliar e anexo, na Rua da Tapada, em Calvins, União das Freguesias de Casais e Alviobeira, nos termos e fundamentos das informações n.ºs 17061/2025 e 17123/2025 da Divisão de Gestão do Território.

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando as referidas informações, deliberou declarar a caducidade do licenciamento, nos termos do n.º 2 do artigo 71.º do regime jurídico da urbanização e edificação, mandando promover a audiência prévia dos requerentes, pelo prazo de 15 dias úteis, findo o qual, na ausência de pronúncia, se considera definitivamente declarada a caducidade para todos os efeitos previstos na legislação em vigor. Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Tomar, 29 de dezembro de 2025

Seguimento:

- DGT p/ os devidos efeitos

O Presidente da Câmara


Tiago Carrão

A Coordenadora Técnica


Avelina Leal

DE

Sandra Cardoso

**DESPACHO
INTERNO**

PARA

Reunião de Câmara

À Reunião de Câmara para apreciação e aprovação nos termos propostos.

NÚMERO

4997/DGT/2025

**A Vereadora
Sandra Cardoso**

DATA

2025-12-11

Informação nº 17123/DGT/2025, de 2025-12-02

PROCESSO

307/EDIF/DGT/2023

CASO

544/JUEL/DGT/2024

ASSUNTO

Licenciamento para legalização da construção de uma habitação unifamiliar, sita na Rua da Tapada nº70 - União das Freguesias de Casais e Alviobeira [!ONLINE] _ Junção dos Projetos de Especialidades - Processo n.º 307/EDIF/DGT/2023

DE

Filomena Alves

PARA

José Carlos

NÚMERO

17061/DGT/2025

DATA

2025-12-02

PROCESSO

307/EDIF/DGT/2023

CASO

544/JUEL/DGT/2024

ASSUNTO

Licenciamento para legalização da construção de uma habitação unifamiliar, sita na Rua da Tapada nº70 - União das Freguesias de Casais e Alviobeira [!ONLINE] _ Junção dos Projetos de Especialidades - Processo n.º 307/EDIF/DGT/2023

INFO' INTERNA

1. Pelo despacho 3421/DGT/2024 de 09 de agosto foi deferido o licenciamento do presente Processo, comunicado ao requerente pelo ofício 1748/DGT/2024 de 03 de setembro do caso com ID #331891.

2. Informo que decorrido o prazo de 12 meses após o deferimento do processo, não foram liquidadas as taxas devidas nem deu entrada o pedido de emissão de licença.

2.1 Os serviços de fiscalização deslocaram-se ao local e pela informação n.º 15565/DGT/2025 de 07 de novembro, informaram que: “Após deslocação ao local e do que foi possível apurar, foram iniciadas obras no local, no entanto, aparentemente a obra atualmente encontra-se parada, atendendo à vegetação à sua volta, conforme fotos em anexo.”

3. Face ao exposto e nos termos do número 2 do Artigo 71º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, na sua atual redação, poder-se-á propor ao Executivo Camarário (órgão competente) que seja declarada a caducidade do licenciamento, com audiência prévia do interessado pelo prazo de 15 dias (úteis), nos termos do Código do Procedimento Administrativo.

3.1 Mais se poderá propor deliberar que na ausência de pronúncia do interessado, no prazo concedido para a audiência prévia, considera-se definitivamente declarada a caducidade do ato de licenciamento para todos os efeitos previstos na legislação em vigor.

3.2 Mais se informa que deverá ser comunicado ao requerente que poderá requerer nova licença, podendo ser aproveitados no novo processo os elementos que instruíram o anterior, se o novo requerimento for apresentado no prazo de 18 meses a contar da data de caducidade, ou se este prazo estiver esgotado, não existirem alterações de facto e de direito que justifiquem nova apresentação, nos termos do artigo 72.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.

À consideração superior,

A assistente técnica
Filomena Alves

Despacho nº 4733/DGT/2025, de 2025-11-30

DE

José Carlos

PARA

Sandra Cardoso

NÚMERO

17123/DGT/2025

DATA

2025-12-02

PROCESSO

307/EDIF/DGT/2023

CASO

544/JUEL/DGT/2024

ASSUNTO

Licenciamento para legalização da construção de uma habitação unifamiliar, sita na Rua da Tapada nº70 - União das Freguesias de Casais e Alviobeira [!ONLINE] _ Junção dos Projetos de Especialidades - Processo n.º 307/EDIF/DGT/2023

INFO' INTERNA

Julga-se de submeter ao executivo camarário a proposta de caducidade do licenciamento a que o presente processo se refere, em conformidade com o estipulado no ponto 2 do Artigo 71º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, por se verificar que decorrido o prazo de 12 meses após o deferimento do mesmo, não foram liquidadas as taxas devidas nem deu entrada o pedido de emissão de licença, com audição prévia aos interessados, promovendo-se e transmitindo-se, em conformidade com o proposto na informação prestada pelos SA.

À consideração superior.

O chefe de divisão
José Carlos

Informação nº 17061/DGT/2025, de 2025-12-02



Câmara Municipal de Tomar

DELIBERAÇÃO
(259/EALV/DGT/2024 - 315/EDIF/DGT/2023)

ASSUNTO: LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – Declaração de Caducidade

Foi presente proposta da Sra. Vereadora Sandra Cardoso referente ao processo n.º 315/EDIF/DGT/2023, em que é requerente Ferrugia, Limitada, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a declaração da caducidade do licenciamento de obras de alteração e ampliação de moradia unifamiliar, e construção de piscina, na rua Maximina dos Santos, na Serra, União das Freguesias de Serra e Junceira, nos termos e fundamentos das informações n.ºs 14706/2025 e 16644/2025 da Divisão de Gestão do Território.

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando as referidas informações, deliberou declarar a caducidade do licenciamento, nos termos do n.º 2 do artigo 71.º do regime jurídico da urbanização e edificação, mandando promover a audiência prévia dos requerentes, pelo prazo de 15 dias úteis, findo o qual, na ausência de pronúncia, se considera definitivamente declarada a caducidade para todos os efeitos previstos na legislação em vigor. Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Tomar, 29 de dezembro de 2025

Seguimento:

- DGT p/ os devidos efeitos

O Presidente da Câmara


Tiago Carrão

A Coordenadora Técnica


Avelina Leal

DE

Sandra Cardoso

**DESPACHO
INTERNO**

PARA

Reunião de Câmara

À reunião de câmara para apreciação, propondo que delibere nos termos da informação técnica e dos serviços administrativos.

NÚMERO

5206/DGT/2025

A Vereadora
Sandra Cardoso

DATA

2025-12-18

Informação nº 16644/DGT/2025, de 2025-11-22

PROCESSO

315/EDIF/DGT/2023

CASO

259/EALV/DGT/2024

ASSUNTO

Licenciamento de alteração e
ampliação de uma moradia
unifamiliar e construção de
piscina sito em rua Maximina
dos Santos - Serra - União das
Freguesias de Serra e Junceira,
em nome de Ferrugia, Lda
[!ONLINE] Emissão de Alvará
de Licença

DE

Ana Ribeiro

PARA

José Carlos

NÚMERO

14706/DGT/2025

DATA

2025-10-23

PROCESSO

315/EDIF/DGT/2023

CASO

259/EALV/DGT/2024

ASSUNTO

Licenciamento de alteração e ampliação de uma moradia unifamiliar e construção de piscina sito em rua Maximina dos Santos - Serra - União das Freguesias de Serra e Junceira, em nome de Ferrugia, Lda
[!ONLINE] Emissão de Alvará de Licença

INFO' INTERNA

1. Pelo despacho n.º 2791/DGT/2024 de 28/06/2024 foi deferido o licenciamento do presente Processo, comunicado ao requerente pelo ofício n.º 1392/DGT/2024 de 05/07/2025 pelo caso com ID #325289.

2. Informo que decorrido o prazo de 12 meses após o deferimento do processo, não foram liquidadas as taxas devidas e pelo presente foi apresentado o pedido de emissão de licença, no entanto este foi rejeitado liminarmente.

2.1 Os serviços de fiscalização deslocaram-se ao local e pela informação n.º 14148/DGT/2025 de 14/10/2024, informam conforme se transcreve: “Após deslocação ao local na presente data, verifica-se que foram executados alguns trabalhos no local, nomeadamente colocação de janelas e portas, e ainda estrutura em madeira no alçado lateral esquerdo para início de construção de vedação, conforme fotos em anexo. “.

3. Face ao exposto e nos termos do número 2 do Artigo 71º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, na sua atual redação, poder-se-á propor ao Executivo Camarário (órgão competente) que seja declarada a caducidade do licenciamento, com audiência prévia do interessado pelo prazo de 15 dias (úteis), nos termos do Código do Procedimento Administrativo.

3.1 Mais se poderá propor deliberar que na ausência de pronúncia do interessado, no prazo concedido para a audiência prévia, considera-se definitivamente declarada a caducidade do ato de licenciamento para todos os efeitos previstos na legislação em vigor.

3.2 Mais se informa que deverá ser comunicado ao requerente que poderá requerer nova licença, podendo ser aproveitados no novo processo os elementos que instruíram o anterior, se o novo requerimento for apresentado no prazo de 18 meses a contar da data de caducidade, ou se este prazo estiver esgotado, não existirem alterações de facto e de direito que justifiquem nova apresentação, nos termos do artigo 72.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.

À consideração superior,

O(s) processo(s) antecedente(s) em suporte papel encontra(m)-se nos SA / Deferidos junho 2024.

A assistente técnica
Ana Ribeiro

DE

José Carlos

PARA

Sandra Cardoso

NÚMERO

16644/DGT/2025

DATA

2025-11-22

PROCESSO

315/EDIF/DGT/2023

CASO

259/EALV/DGT/2024

ASSUNTO

Licenciamento de alteração e ampliação de uma moradia unifamiliar e construção de piscina sito em rua Maximina dos Santos - Serra - União das Freguesias de Serra e Junceira, em nome de Ferrugia, Lda
[!ONLINE] Emissão de Alvará de Licença

INFO' INTERNA

Julga-se de submeter ao executivo camarário a proposta de caducidade do licenciamento a que o presente processo se refere, em conformidade com o estipulado no ponto 2 do Artigo 71º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, por se verificar que decorrido o prazo de 12 meses após o deferimento do mesmo, não foram liquidadas as taxas devidas, e por ter o pedido de emissão de licença sido rejeitado liminarmente, com audição prévia aos interessados, promovendo-se e transmitindo-se, em conformidade com o proposto na informação prestada pelos SA.

À consideração superior.

O chefe de divisão

José Carlos

Informação nº 14706/DGT/2025, de 2025-10-23